



Santa Casa da Misericórdia de Lousada

REGULAMENTO INTERNO

Lar Residencial Lúcia Lousada

CAPÍTULO I

Objetivos do Regulamento

O presente Regulamento Interno de funcionamento visa:

- a) Promover o respeito pelos direitos dos utentes, nomeadamente da sua dignidade e intimidade da sua vida privada;
- b) Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento do estabelecimento;
- c) Promover a participação ativa dos utentes e dos seus familiares e/ou representantes legais ao nível da resposta social.

CAPÍTULO II

Serviços mínimos assegurados e atividades complementares desenvolvidas

Artigo 1º – Como contrapartida do pagamento da mensalidade estabelecida, são assegurados os seguintes serviços:

- a) Alojamento;
- b) Fornecimento e mudança de roupa de cama, bem como de toalhas;

- c) Manutenção do aposento;
- d) Alimentação adequada às suas condições físicas e orgânicas;
- e) Cuidados de higiene pessoal;
- f) Tratamento de roupa;
- g) Atividades ocupacionais de acordo com programas previamente elaborados;
- h) Serviços de Manicure e pedi cure;
- i) Marcação de consultas e respetivo acompanhamento;
- j) Administração da medicação;
- k) Assistência médica e de enfermagem, através do médico e do pessoal de enfermagem ao serviço da Instituição, e a todas as diligências necessárias ao transporte e internamento em unidades hospitalares, se necessário, recorrendo sempre que possível, ao Serviço Nacional de Saúde ou a outro subsistema que a Utente tenha direito.

Artigo 2º- Mediante respetivo pagamento, poderão ainda ser prestados os seguintes serviços:

- a) Serviços de cabeleireiro;

Artigo 3º- Estão excluído do artigo 1º os custos com medicamentos, fisioterapia e reabilitação, consultas médicas, transportes em ambulâncias, fraldas, meios auxiliares de diagnóstico, os quais serão debitados em separado.

CAPÍTULO III

Das Condições Gerais

Artigo 4º – São considerados utentes do Lar Sousa Freire da Santa Casa da Misericórdia de Lousada, os indivíduos de ambos os sexos que sejam admitidos em conformidade com o presente Regulamento Interno, após organização prévia do respetivo processo de admissão.

Artigo 5º – São condições gerais de admissão.

- a) Serem preferencialmente naturais e residentes do concelho de Lousada;
- b) Ser vontade própria do candidato ser admitido e passar a residir no lar;
- c) Ter idade igual ou superior a 65 anos, salvaguardando exceções que serão devidamente avaliadas;
- d) Responder com verdade a um inquérito feito pelo Serviço Social em boletim próprio, devendo o candidato ou o seu representante apresentar o bilhete de identidade, cartão de beneficiário, cartão de contribuinte, cartão de utente e documento comprovativo do seu rendimento;
- e) Assinatura do contrato e aceitação do presente regulamento;
- f) Relatório médico onde conste patologias clínicas.

Nota: Só em casos excecionais e justificáveis, a considerar individualmente, poderão deixar de se respeitar as condições exigidas no presente regulamento.

CAPÍTULO IV

Do processo de admissão

Artigo 6º - Elaborado o inquérito médico-social e concluindo-se que a pessoa em causa não possa ter outra resposta, a Equipa Técnica da Instituição emitirá o seu parecer sobre a admissão

Artigo 7º - O processo de admissão será apresentado a despacho da Mesa Administrativa que dará a decisão definitiva

CAPTULO V

Da admissão

Artigo 8º – O utente ou quem o represente legalmente no ato da admissão deverá assinar o respetivo contrato de admissão em como se compromete a pagar mensalmente a comparticipação estipulada no ato da admissão, que será objeto de atualização anual indexada quer ao índice de inflação determinada pelo INE, quer aos valores estabelecidos por normas e ou regulamentos orientadores, emitidos pelo Estado e relativos às situações abrangidas pelos competentes protocolos sociais.

Artigo 9º – Se vier apurar que houve falsidade nas declarações do utente, ou na documentação entregue, o utente poderá ser convidado a abandonar o Lar, não tendo direito a qualquer reembolso.

Artigo 10º- Critérios de Admissão

- a) Residência na área geográfica da resposta social.
- b) Necessidade expressa do utente.
- c) Isolamento pessoal e social.
- d) Abandono por parte da família.
- e) Ausência ou indisponibilidade da família para assegurar os cuidados necessários.
- f) Ter idade igual ou superior a 65 anos, salvaguardando exceções que serão devidamente avaliadas.
- g) Precariedade da situação económico-financeira.

CAPÍTULO VI

Serviços de funcionamento do lar

Artigo 11º – Alojamento

O alojamento será em comum, em quartos de duas ou três camas, procurando-se agrupar os Utentes de forma a conseguir-se a melhor integração social dos mesmos.

No caso específico dos casais, quando se verificar o falecimento de um dos conjugues, será considerada a permanência do sobrevivente no mesmo quarto (sujeitando-se neste caso a um novo companheiro) ou a sua transferência para o quarto apropriado à sua situação.

Artigo 12º - Roupas Pessoal do Utente

Os utentes, no momento da sua admissão, deverão fazer-se acompanhar de todas as roupas de uso pessoal, mas as de cama e atalhados, só se autorizados.

* Toda a roupa será marcada pela Instituição com as iniciais de cada utente.

Artigo 13º- Limpeza

O Lar ficará com o encargo da limpeza do quarto e de mandar lavar e passar a ferro a roupa do utente. Sempre que o utente se encontrar válido, no interesse da sua atividade física e psíquica, deverá colaborar nas tarefas do Lar e no arranjo do quarto.

Artigo 14º- Alimentação

A alimentação é igual para todos, havendo os regimes dietéticos prescritos pelo médico. Se o utente não quiser seguir o regime prescrito pelo médico deverá assinar uma declaração assumindo esta decisão.

* Todas as refeições serão servidas na sala de jantar e só em casos especiais e justificados poderão as mesmas ser servidas nos quartos.

Artigo 15º- Segurança e Proteção

Quando um utente perde a capacidade de tomar decisões conscientes e responsáveis devido a quais quer limitações psíquicas ou de natureza diversa, passa essa

responsabilidade a ser da pessoa responsável pelo utente ou do tutor decretado pelo tribunal.

CAPÍTULO VII

Dos direitos e obrigações dos Utentes

Artigo 16º – Os utentes usufruem dos seguintes direitos:

- a) Usar todas as instalações do Lar que lhe foram destinadas;
- b) Refeições diárias adequadas às suas condições físicas e orgânicas;
- c) Tomar parte nas festas e passeios ou visitas que se realizarem;
- d) Terem assistência médica e de enfermagem nas condições do art.18º;

Como o Lar não dispõe de enfermagem e médico permanente, sempre que surgir alteração do estado de saúde do utente recorrer-se-á aos serviços de urgência do Hospital;

- e) Receber visitas de acordo com o funcionamento e organização do horário da Instituição;
- f) Beneficiar das saídas e licenças conforme determina o capítulo XII;
- g) Pedir dispensa das refeições conforme determina o artigo 26º;
- h) Beneficiar dos diversos serviços que o Lar possui.

Artigo 17º – Os utentes ou os seus representantes, terão as seguintes obrigações:

- a) Cumprir as normas do estabelecimento de acordo com o estipulado no contrato e no regulamento interno;
- b) Entregar no ato da admissão, cópia do bilhete de identidade ou documento que o substitua, cópia do cartão de contribuinte, cópia do cartão de beneficiário, cópia do cartão de utente e uma declaração compromisso do pagamento da verba mensal que lhe tiver sido atribuída como comparticipação para o lar, aquando da realização do inquérito, sujeitando-se às atualizações referidas no art.8º;
- c) Liquidar, pontualmente a comparticipação mensal fixada e as alterações subsequentes, bem como qualquer despesa extraordinária da sua responsabilidade, conforme o acordado no contrato;

- d) Efetuar o pagamento da comparticipação até ao dia 08 de cada mês, de acordo com o contrato previamente estabelecido. Após o dia 30 de cada mês serão acrescidos à comparticipação 5% do valor total;
- e) Respeitar rigorosamente, os horários das refeições, das visitas e das saídas conforme os horários estabelecidos, bem como a hora de silêncio;
- f) Prestar a máxima colaboração para que o Lar se apresente limpo e arrumado, no sentido de se manter desejado asseio e arrumo, pelo que o cuidado com o arrumo do quarto, roupas e objetos pessoais, deve dentro do possível, ser feito pelo próprio utente;
- g) Cumprir rigorosamente as prescrições médicas e medicamentosas;
- h) Indicar no acto de admissão, qual o familiar ou pessoa de confiança a contactar em caso de situação anormal;
- i) Tratar com educação e urbanidade todos os demais clientes, servidores e visitantes do lar;
- j) Não entrar em conflito com os outros utentes ou funcionários;
- k) Observar o mais rigoroso asseio individual.

CAPÍTULO VIII

Direitos e deveres dos trabalhadores e da Instituição

Artigos 18º-Os direitos e deveres dos trabalhadores e da Instituição, são os definidos nas cláusulas 11ª, 12ª e 13º do ACT (Acordo Colectivo de Trabalho)

CAPÍTULO IX

Da assistência médica e de enfermagem

Artigo 19º – No âmbito do contrato celebrado com o utente, são prestados os seguintes cuidados de saúde:

- a) Consultas de simples acompanhamento, pelo Médico Assistente do lar, nos dias e horário afixado na Instituição, efectuando uma sessão de consulta semanal;

- b) Serviço de enfermagem de simples acompanhamento, em dias e horário afixado.

Artigo 20º – Em caso de doença passível de cuidados intensivos de enfermagem, devidamente reconhecidos pelo Médico, os utentes terão de ser obrigatoriamente transferidos para um dos quartos de enfermaria do lar, regressando ao quarto, logo que tais cuidados já não se tornem necessários.

Artigo 21º – Todos os utentes têm direito a assistência médica e de enfermagem, devendo submeter-se às prescrições clínicas e aos exames que periodicamente lhe serão feitos, devendo observar-se o seguinte:

- a) Os utentes beneficiários do Serviço Nacional de Saúde, ou de qualquer outro organismo, deverão continuar a usufruir dos respectivos serviços, beneficiando dos descontos nos medicamentos e serviços;
- b) O recurso ao serviço de Hospital só se verificará quando houver impossibilidade de tratamento na Instituição carecendo de autorização do médico ou enfermeira ou, na ausência destes ao pessoal responsável pelo utente;
 - * Caso o utente se decida por tratamento em clínica particular, serão da sua responsabilidade as inerentes despesas.
- c) As consultas de especialidade terão lugar no Hospital Distrital, Central ou no Centro de Saúde, cabendo ao utente o pagamento das respectivas despesas;
 - * Sempre que haja dificuldade na obtenção de consulta nos Serviços do Estado, o médico da Instituição poderá propor o recurso aos serviços privados de saúde, bem como, no caso de ser seu desejo, poderá o utente recorrer a estes serviços.
- d) Os internamentos em clínicas particulares ou casas de saúde para tratamentos ou intervenções cirúrgicas serão sempre por conta do utente;
 - Se o utente, por qualquer circunstância, prescindir da assistência médica e de enfermagem que o Lar lhe proporciona nos termos do presente artigo e optar por outra solução, será única e exclusivamente responsável por todas as despesas que daí resultem.
- e) A toma da medicação prescrita aos utentes, será da inteira responsabilidade do pessoal de enfermagem;

- f) É vedado às visitas/familiares, fornecerem ao utente qualquer tipo de medicamento que não seja através do seu médico assistente e com o conhecimento do serviço clínico da Instituição.

CAPÍTULO X

De outros serviços

Artigo 22º – Os utentes poderão usufruir dos benefícios de uma ocupação terapêutica nos vários sectores de ocupação.

- a) O Lar fomenta a organização de atividades socioculturais e recreativas quer da iniciativa dos Utentes, quer da Direção do Lar, com a frequência e regularidade determinadas pelas circunstâncias, em que o objetivo último é o convívio e a interação entre os idosos e a comunidade.

& Único – A ocupação será sempre voluntária e escolhida pelo próprio utente, dentro das suas aptidões e do programa de atividades do Lar.

- b) Podem ser prestados serviços de cabeleireiro ainda que nas Instalações do Lar, desde que solicitado e pago pelos utentes.

CAPÍTULO XI

Horários de funcionamento e entrada e saída de visitas

Artigo 23º – A Instituição funciona todos os dias, 24 horas por dia.

Artigo 24º – Os utentes poderão receber visitas diariamente entre as 10.00h e as 11.30h, as 14.00h e 15.45h e as 16.30 e 18.00h.

Artigo 25º – Excetuam-se do disposto no artigo anterior, os casos dos utentes cujas visitas, por imperativos profissionais ou outros não possam observar o horário

estabelecido, devendo, neste caso, ser acordado outro horário, o qual, não poderá perturbar o normal funcionamento da Instituição

CAPÍTULO XII


Das saídas ou pedidos de licença ou dispensas

Artigo 26º - As saídas diárias dos utentes são livres, salvo contra indicação médica:

- a) Os utentes invisuais ou aqueles cuja saída, por qualquer limitação física, psíquica ou avançada idade, possa representar risco ou perigo para a sua segurança pessoal, só terão permissão para tal quando acompanhados por familiar ou pessoa amiga que se responsabilize pela estadia dos utentes fora da Instituição durante o período indicado, abrangendo esta responsabilidade o amparo físico e material dos mesmos, desde que saiam até que regressem ao Lar;
- b) Todos os utentes, salvo motivo de força maior, têm direito a ausentar-se por períodos variáveis, carecendo de autorização prévia para o efeito e devendo indicar o lugar para onde vão e respetivo número de telefone para qualquer contacto que seja necessário durante a ausência;
- c) Durante o período de ausência, os utentes bem como os familiares ou acompanhantes assumirão toda a responsabilidade por tudo quanto possa acontecer no exterior, não sendo imputável qualquer responsabilidade do estabelecimento por “culpa in eligendo”.
- d) Qualquer saída diária ou prolongada dos utentes da Instituição, carece de assinatura do termo de responsabilidade quer seja pelo utente, responsável, família, amigos ou representante legal.

Artigo 27º – Os utentes são dispensados sempre que o desejem, do almoço e/ou do jantar, mediante a autorização prévia, desde que regressem ao Lar até à hora do silêncio.

- a) Os pedidos de dispensa do almoço deverão ser comunicados na véspera até às 17:00 e os do Jantar até às 14:00 do próprio dia;

- 
- b) Só em casos justificados e excecionalmente, mediante a autorização da Diretora Técnica do Lar, ou quem a substitua, poderá o regresso ao Lar ir além da hora do silêncio;
 - c) As ausências às refeições não conferem aos utentes qualquer direito ou desconto na mensalidade.

CAPÍTULO XIII

Da disciplina

Artigo 28º - Para obtenção da harmonia e ordem necessária ao bom funcionamento do Lar torna-se indispensável:

- a) Preservar as normas mínimas de convívio social;
- b) Usar de respeito mútuo a nível de pessoas e de ideias e haver colaboração recíproca, atendendo à igualdade do estatuto de utente;
- c) Dar conhecimento à Diretora Técnica ou a quem a substitua de discussões ou censura a quaisquer instruções e determinações quanto ao funcionamento dos serviços, no sentido de serem dados todos os esclarecimentos necessários;
- d) Respeitar a hora de silêncio que fica estabelecida pelas 22 horas.

Artigo 29º – Qualquer ato ou atitude que ultrapasse as normas de respeito pela pessoa, sua dignidade e bens, pelo incumprimento das normas decorrentes do presente regulamento e tendo em conta o grau de ilicitude e a personalidade do infrator, são passíveis das seguintes sanções:

1

- a) Repreensão verbal;
- b) Repreensão registada;
- c) Saída temporária da Instituição, mediante período a estipular conforme a gravidade da situação;
- d) Expulsão do Lar.

2

- a) Na avaliação da sanção a aplicar, serão tidas sempre em consideração as circunstâncias atenuantes e agravantes que ao caso couber.

Artigo 30º – Compete à Diretora Técnica da Instituição ordenar o processo de inquérito ou disciplinar e nomear Instrutor.

Artigo 31º – São competentes para a aplicação das sanções no artigo anterior:

- a) A Diretora Técnica da Instituição mediante inquérito sumário ao pessoal com conhecimento direto do facto punível, para as sanções referidas nas alíneas a) e b) do artigo anterior;
- b) O Provedor, mediante processo disciplinar para a sanção referida na alínea c) ;
- c) A Mesa Administrativa, quando do processo disciplinar instaurado para sanção prevista na alínea d) .

CAPÍTULO XIV

Da Comparticipação Familiar

Artigo 32º – A comparticipação familiar devida pela utilização de serviços /equipamentos é determinada de forma proporcional ao rendimento “per capita” do agregado familiar, de acordo com a Circular n.4, de 16 de Dezembro de 2014, da Direção – Geral da Segurança Social.

Artigo 33º - O cálculo do rendimento “per capita” mensal do agregado familiar é efetuado da seguinte forma:

$$RC = \frac{RAF}{12} - D$$

N

Sendo:

RC: Rendimento per capita mensal

RAF: Rendimento do agregado familiar (anual ou anualizado)

D: Despesas fixas

N: Número de elementos do agregado familiar;

Artigo 34º – Para efeitos de aplicação do número anterior, entende-se por:

- Agregado familiar: conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculo de parentesco, casamento, afinidade ou outras situações assimiláveis, desde que vivam em economia comum;
- Rendimento mensal ilíquido: duodécimos da soma dos rendimentos anualmente auferidos, a qualquer título, por cada um dos seus elementos.
- Despesas fixas do agregado familiar. O valor das taxas e impostos necessários à formação do rendimento líquido, designadamente do imposto sobre o rendimento e da taxa social única, o valor da renda de casa ou prestação mensal devida pela aquisição de habitação própria, os encargos médios mensais com transportes públicos, as despesas com aquisição de medicamentos de uso continuado em caso de doença crónica.

Artigo 35º - A percentagem de 75% estipulada no número anterior poderá ser elevado até 90% do rendimento “per capita” relativamente aos utentes que:

- 1- No momento da admissão estejam a receber o complemento de dependência de 1º grau;
- 2- Ou então já tenha sido requerida a atribuição do citado complemento;
- 3- Na situação prevista no número anterior, não havendo lugar á atribuição do referido complemento, a percentagem deve ser ajustada em conformidade.

Artigo 36º- Comparticipação familiar

À comparticipação do utente calculada de acordo com as normas em vigor deve acrescer uma comparticipação dos seus descendentes ou outros a quem a lei obrigue á

prestação de alimentos, estabelecida de acordo com a sua capacidade económica e financeira e mediante outorga de acordo escrito.

CAPÍTULO XV

Prova de rendimento e despesas

Artigo 37º – A prova dos rendimentos declarados será feita mediante a apresentação de documentos comprovativos adequados e credíveis, designadamente de natureza fiscal.

Artigo 38º – A prova das despesas referidas, deverá ser feita mediante a apresentação dos respetivos documentos comprovativos dos últimos três meses.

CAPÍTULO XVI

Revisão anual das comparticipações familiares

Artigo 39º – As comparticipações familiares, em regra, são objeto de revisão anual.

Artigo 40º – Haverá lugar a uma redução de 10% na comparticipação familiar mensal, quando o período de ausência, devidamente fundamentado, exceda 15 dias seguidos.

Artigo 41º – As revisões das comparticipações familiares deverão ser efetuados no início do ano civil

Artigo 42º – Sobrevindo comprovada alteração da situação económica do utente ou dos seus familiares, a mensalidade será ajustada em conformidade.

CAPÍTULO XVII

Deposito e guarda dos bens dos utentes

Artigo 43º – No momento da admissão será elaborado um inventário, de todos os pertences dos utentes, sendo entregue um exemplar ao utente e um na Instituição.

Artigo 44º – Todos os valores que sejam entregues à guarda da Misericórdia serão da responsabilidade da Instituição

* Os valores não entregues ficam da responsabilidade do utente

CAPÍTULO XVIII

Do bragal e espólio

Artigo 45º – Se, após a admissão, se verificar a desistência do utente por qualquer causa ou falecimento, será o lugar considerado livre e devoluto, podendo a Instituição fazer dele o que bem entender.

Artigo 46º – Em qualquer dos casos previsto na cláusula anterior, reverterá a favor da Instituição todo o espólio deixado no aposento pelo utente, caso não seja reclamado por este ou pelos seus herdeiros devidamente habilitados, no prazo de 12 meses, a contar da data de desistência ou falecimento.

Artigo 47º – Passado o prazo de um ano, o espólio reverterá definitivamente a favor do estabelecimento.

CAPÍTULO XIX

Do funeral e últimas vontades

Artigo 48º – O funeral será custeado pela família ou pela pessoa responsável pelo utente, apenas sendo custeado pela Instituição no caso de o utente não ter família nem pessoa responsável que o possa custear.

- * “*As últimas vontades*” aceites pela Instituição, serão obrigatoriamente registadas no processo para serem cumpridas;
- * Os funerais dos utentes que fiquem a cargo da Instituição realizam-se com dignidade, dentro das suas possibilidades, e os corpos serão sepultados, nas sepulturas pertencentes à mesma.

CAPÍTULO XX

Livro de Reclamações

Artigo 49º – Nos termos da legislação em vigor, esta Instituição possui livro de reclamações, que poderá ser solicitado à Direção pelo utente sempre que desejado.

CAPÍTULO XXI

Das disposições gerais

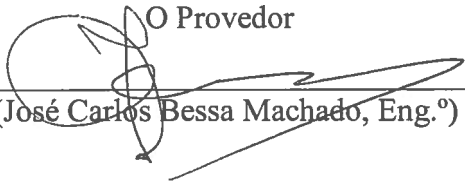
Artigo 50º – No caso de o utente desejar sair voluntariamente do Lar, fará uma declaração escrita na qual informará o motivo desse abandono, a fim de ser apenso ao processo, assim como terá que assinar um termo em como lhe foram entregues todas as roupas e objetos que possuía no momento da sua saída. Caso isto não seja possível, a Diretora Técnica da Instituição documentará tudo, quando possível com testemunhas.

Artigo 51º – Para o completo e regular funcionamento do Lar é proibido aos Utentes:

- a) Colocar nas paredes das diversas dependências do Lar, pregos, quadros, estampas, etc., sem prévia autorização superior;
- b) Guardar nos quartos, qualquer espécie de alimentos suscetíveis de se deteriorarem ou provocarem cheiro, poluindo o ambiente;
- c) Guardar bebidas alcoólicas nos quartos;
- d) Manter nos quartos rádios ou televisores, quando autorizados, em funcionamento após a hora de silêncio, bem como objetos cortantes (canivetes, facas, etc.);
- e) Usar ou acender qualquer lamparina, cigarro, máquina ou fogão nos quartos;
- f) Fumar em locais não permitidos, nomeadamente no quarto de dormir.

Artigo 52º – O Presente Regulamento Interno entra em vigor imediatamente.

Artigo 53º – Qualquer caso omissos no presente regulamento interno, será da resolução e competência da Mesa Administrativa, ouvindo o parecer do Provedor e da Diretora Técnica da Instituição e a considerar em futura alteração ou atualização, podendo ser regidos pelo disposto no contrato de Prestação de Serviços.

O Provedor

(José Carlos Bessa Machado, Eng.º)